



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

RESOLUÇÃO – CIB Nº 050 /2004, de 22 de julho de 2004.

*Dispõe sobre o Projeto de Estudos e Pesquisas
sobre Alimentação e Nutrição.*

O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas através das disposições da Portaria nº 931/1997, em especial o art. 2º, expedida pela Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, c/c os arts. 5º e 14º, do Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/TO, e,

Considerando a análise, discussão e pactuação do Plenário da Comissão Intergestores Bipartite em Reunião Extraordinária realizada em 22 de julho de 2004;

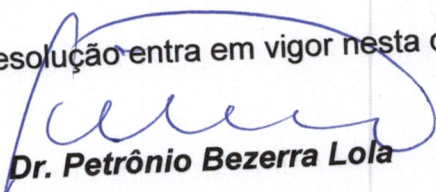
Considerando, o alto índice de desnutrição infantil, principalmente a desnutrição crônica;

Considerando, a necessidade de hábitos e práticas alimentares regionais, com o consumo de alimentos locais de baixo custo e alto valor nutritivo, bem como de padrões alimentares mais variados, desde os primeiros anos de vida até a vida adulta e velhice;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto de Estudos e Pesquisas sobre Alimentação e Nutrição, na forma do anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, após publicada.


Dr. Petrônio Bezerra Lola

Presidente



GOVERNO DO TOCANTINS
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA
GERÊNCIA TÉCNICA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

**PROJETO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO**

Palmas, Julho de 2004

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS:

Marcelo de Carvalho Miranda

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE:

Petrônio Bezerra Lola

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE:

Nilza Tedesco Reis

COORDENAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA:

Linvalda Rodrigues H. de Araújo

GERENCIA TECNICA MATERNO-INFANTIL:

Maria Nadir da Conceição Santos

ÁREA TÉCNICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO:

Terezinha de Jesus Pinheiro Franco

PROGRAMA: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL.

PROJETO: ESTUDOS SOBRE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO.

ÁREA DE ATUAÇÃO:

- ❖ Área Técnica de Alimentação e Nutrição.

PUBLICO ALVO:

- ❖ Profissionais de saúde dos municípios do Estado do Tocantins e Agentes Sociais.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Estado do Tocantins foi criado no ano de 1988 e está localizado na região norte do Brasil. Com uma área total de 278.420 Km² abriga uma população de 1.300.000 habitantes (IBGE 2002) resultando numa densidade demográfica de 4,67 hab/Km². Essa população está distribuída em 139 municípios, sendo o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,72 (IPEA) (2000). Com relação ao índice de desnutrição infantil houve uma queda nos últimos anos, porém, ainda é bastante alto, principalmente a desnutrição crônica (altura/idade).

Segundo dados da II Pesquisa Materno Infantil (II PESMITO) realizada no ano de 2003 a prevalência da desnutrição moderada ou grave em crianças menores de cinco anos é de 5,4% para o indicador Peso/ Idade, 12,8% Altura/Idade e 2,7% Peso/Altura.

O Tocantins, assim como todo o Brasil vem passando por um processo de transição epidemiológica onde os problemas de escassez vem sendo substituídos gradativamente pelos excessos nutricionais.

Recomenda-se que seja inserido nos programas de alimentação e nutrição ações eficazes para reverter ou prevenir as tendências desfavoráveis que vem sendo documentadas em todo o mundo e especialmente nos países em desenvolvimento que consiste no aumento da obesidade e de várias outras doenças crônicas e redução da atividade física.

Houve um aumento de consumo de alimentos com excessivo teor de gordura, sobretudo gordura animal, sal e açúcar.

Torna-se prioritário o resgate de hábitos e práticas alimentares regionais, com o consumo de alimentos locais de baixo custo e alto valor nutritivo, bem como de padrões alimentares mais variados, desde os primeiros anos de vida até a vida adulta e velhice.

As ações de vigilância alimentar e nutricional são valiosos instrumentos de apoio às linhas de promoção da saúde que a Secretaria de Estado da Saúde, através da Área Técnica de Alimentação e Nutrição(ATAN), em parceria com o Ministério da Saúde oferecem aos profissionais e aos gestores do Sistema Único de Saúde, visando aumentar a qualidade de assistência à população. Valorizar a avaliação do Estado nutricional do indivíduo em qualquer fase do ciclo de vida é atitude fundamental ao aperfeiçoamento da assistência e promoção à saúde.

A alimentação e nutrição, portanto, constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania.

Enfim, a promoção da alimentação saudável e o monitoramento da situação alimentar e nutricional da população servirão como uma resposta objetiva do setor saúde à política Estadual e Nacional de segurança Alimentar e Nutricional.

OBJETIVO

O objetivo geral do projeto é a implementação das atividades do Programa Alimentação Saudável nos municípios, que consiste nas seguintes ações:

1. Promoção de hábito de vida e de alimentação saudável para prevenção da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis.
2. Apoio ao monitoramento da situação nutricional da população do Tocantins.
3. Apoio as ações de prevenção e controle de carências nutricionais por micronutrientes.
4. Apoio a estudos e pesquisas sobre alimentação e nutrição com enfoque na alimentação saudável, hábitos alimentares e recuperação nutricional.

AÇÕES/ATIVIDADES

Para contemplar as ações previstas para a implementação do Programa Alimentação Saudável estão previstas as seguintes atividades:

- I. Capacitação de Recursos Humanos.
- II. Realização de eventos estaduais para avaliação das ações, eventos de comemoração do dia Mundial da Alimentação Saudável e atividades para promoção da Alimentação Saudável.
- III. Realizar supervisão nos municípios sobre a operacionalização dos programas de alimentação e nutrição.
- IV. Elaborar e publicar informativos e manuais como Boletim Estadual de Alimentação e nutrição e outras publicações afins.
- V. Realizações de pesquisas relacionadas à Alimentação e Nutrição.
- VI. Aquisição de equipamentos como balanças pediátricas para alguns municípios.
- VII. Implantação das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional nos municípios.
- VIII. Reprodução do material de apoio da Vigilância Alimentar e Nutricional.
- IX. Reuniões para realizar balanço das ações e analisar os dados produzido pela vigilância Nutricional nos municípios
- X. Realizar seminário Estadual para divulgação dos dados da Vigilância Alimentar e Nutricional e promoção da Alimentação Saudável
- XI. Incentivar técnicos Estaduais e Municipais a realizar o ensino a distância sobre Vigilância Alimentar e Nutricional.
- XII. Apoiar ações educativas de incentivo ao consumo de alimentos regionais saudáveis especialmente verduras, legumes e frutas, junto aos profissionais de saúde da Atenção Básica.
- XIII. Realizar parceria com a Secretaria de Educação para o desenvolvimento de ações de práticas alimentares saudáveis no âmbito escolar.
- XIV. Elaboração e publicação de materiais informativos e educativos.
- XV. Formar parcerias com outras Áreas Técnicas afins (Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Escolas Promotoras de Saúde, Saúde do Adolescente, DST/AIDS, PROVIDA) para implementação dos programas de controle de carências nutricionais por micronutrientes.

ESTRATÉGIA

- ❖ Capacitação de Recursos Humanos
- ❖ Fomento de uma rede de profissionais envolvidos com o desenvolvimento de ações relacionadas ao Programa Alimentação Saudável;
- ❖ Fomento de fluxo de disseminação de informações geradas e apoio a pesquisas.

METAS

1. Implementação do aplicativo e das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, no mínimo, em 50% dos municípios do Estado.
2. Implementação das ações dos programas de prevenção e controles das carências Nutricionais por micronutrientes, em pelo menos 30% dos municípios.
3. Realizar, no mínimo, uma pesquisa relacionada à Alimentação e Nutrição.
4. Realizar, no mínimo, um seminário sobre as ações de Alimentação e Nutrição.
5. Participar, no mínimo, de um evento relacionado à Alimentação e Nutrição.
6. Capacitar nas ações de alimentação e nutrição profissionais de saúde de pelo menos 50% dos municípios do Estado.
7. Elaboração e publicação de um boletim ou informativo.

RECURSOS

❖ **Fonte de Recursos Humanos:** Secretaria de Estado da Saúde; Ministério da Saúde; PROVIDA, Universidade de Goiás (UFG); Pastoral da Criança; Secretarias Municipais de Saúde, Secretaria de Educação, Conselhos de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional.

❖ **Fonte de Recursos Financeiros:** SESAU, - Fonte 00; Ministério da Saúde – Convênio da Saúde.

❖ **Previsão Orçamentária:**

Ministério da Saúde:

Despesa corrente R\$ 190.000,00
Capital R\$ 10.000,00

Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins

Despesa corrente R\$ 19.000,00
Capital R\$ 1.000,00

Total: R\$ 220.000,00

❖ **Especificação Despesas Correntes :**

- Consultorias	R\$ 20.000,00
- Diárias	R\$ 40.000,00
- Passagens aéreas	R\$ 20.000,00
- Material de Consumo	R\$ 49.000,00 (R\$9.000,00 SESAU-TO)
- Pessoas jurídica	R\$ 80.000,00(R\$10.000,00 SESAU-TO)

❖ **Especificação Despesas Capital (Material Permanente):**

- R\$ 11.000,00 (R\$ 1.000,00 SESAU-TO)
Aquisição de balanças pediátricas mecânicas com capacidade de 16 Kg, frações de 10 gramas, acabamento esmerado, pés em borracha sintética, com aprovação e certificado INMETRO.

INDICADORES PARA ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O Monitoramento e a avaliação são considerados processos sistemáticos que permitem analisar os resultados e quantificar a magnitude de impactos gerados pela ação. Permitem, ainda, a análise da efetividade e da eficiência no uso dos recursos para o alcance dos objetivos propostos e da eficácia das ações desenvolvidas.

Para monitoramento de cada etapa constante no plano de trabalho são descritos indicadores específicos. Os indicadores básicos utilizados para o monitoramento da implementação das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional nos municípios brasileiros são, primordialmente os citados abaixo, segundo as ações propostas:

1. Para as ações de promoções de alimentação saudável e prevenção a carências de micronutrientes
 - Nº de capacitações sobre a relevância de ações de incentivo de alimentos regionais saudáveis.
 - Percentual de parceiros sensibilizados em nível estadual para desenvolvimento de ações de promoção de práticas alimentares saudáveis no âmbito escolar.
2. Para as ações de prevenção e controle de carências nutricionais por micronutrientes.
 - Nº de municípios capacitados para implantação dos programas de prevenção e controle das carências nutricionais por micronutrientes.
 - O percentual de municípios do Estado que enviam dados de gerenciamento dos programas periodicamente.
3. Para as ações de Vigilância Alimentar e Nutricional.
 - Percentual de municípios no estado que estão com o sistema instalado e enviam os dados periodicamente.
4. Número de pesquisas realizadas.

CONCLUSÃO

Os resultados esperados com a implementação do Programa Alimentação Saudável são:

- 1- Manutenção de uma rede de profissionais a nível estadual e municipal responsável pela execução das ações do Programa.
- 2- Reduzir os fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis advindas de alimentação inadequada e da falta de atividade física através da ação em saúde pública e promoção da saúde e medidas preventivas;
- 3- Encorajar o desenvolvimento, fortalecimento e implementação de políticas e planos de ações em estadual, municipal e comunitário que sejam sustentáveis, compreensíveis, que engajem outros setores, incluindo a sociedade civil, o setor privado e a mídia;
- 4- Monitorar dados científicos e influências chave na alimentação e atividade física; com apoio para pesquisa de larga escala em áreas relevantes; e fortalecer os recursos humanos necessários para qualificar e manter a saúde nesse domínio.
- 5- Melhoria da qualidade da atenção básica de saúde na medida em que oferece avaliação do estado nutricional para todas as faixas etárias, permitindo a prevenção das consequências deletérias destes agravos.
- 6- Reduzir e controlar as deficiências nutricionais (ferro, vitamina A e iodo) por micronutrientes.